



O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A NOVA FACE DAS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS

Alba Tereza Barroso de Castro¹

RESUMO: O Trabalho configura a nova face das políticas compensatórias no Brasil que, em função do ideário do novo desenvolvimentismo, amplia o seu raio de extensão, embora permaneça em suas dimensões focalizada e minimalista. A aparente contradição deste movimento espelha as raízes fincadas do liberalismo em um suposto novo modelo de “capitalismo humanizado”. O forte teor ideológico de cooptação e estratégia econômica está embutido neste cenário onde o assistencial se amplia e tem centralidade como mecanismo de gestão da pobreza.

Palavras-Chave: Novo Desenvolvimentismo, Políticas Compensatórias, Decadência ideológica

ABSTRACT: The work sets up the new face of compensatory policies in Brazil which, according to the ideals of the new developmentalism, broadens its range of extension, although it remains in their focused and minimalist dimensions. The seeming contradiction of this movement mirrors the population roots of liberalism in an alleged new model of "humanized capitalism". The strong ideological content of co-optation and economic strategy is embedded in this scenario where the assistance widens and centrality as a mechanism for poverty management.

Key Words: New developmentalism, Compensatory policies, Ideological decadence

¹ Doutora. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: albatereza@uol.com.br



1 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O chamado Novo desenvolvimentismo ascende, em certa medida, no início do séc.XXI, como contraposição ao ideário neoliberal que frustra os objetivos do capital de reaver o seu padrão de acumulação. A busca incansável do crescimento econômico flexiona a lógica de máximo para o econômico e mínimo para o social, assentando-se na idéia de um “capitalismo humanizado” sem, no entanto, romper como o conservadorismo, que é base da formação social, econômica e política brasileira. Trata-se de um novo projeto do capital, que busca equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social.

O Novo desenvolvimentismo e o neoconservadorismo são, assim, faces da mesma moeda em um cenário de novas formas de sociabilidade, tendo como referências as teorias de desenvolvimento, de capital social e capital humano na abordagem neo-institucionalista (Motta; Oliveira, 2010, p.16). A dimensão ideológica tem forte peso neste reordenamento social, que amparando-se na idéia de capital humano, dissemina um novo ideário para o trabalho, a educação e para a própria individualidade. “A ênfase será dada à capacidade e à competência que cada indivíduo deve adquirir no mercado educacional para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho” (Idem, 19).

A teoria do capital humano se fixa na iniciativa individual, enquanto a teoria do capital social, que a complementa, ressalta o fortalecimento das instituições através de uma cultura cívica que estimula a ajuda mútua. Ações individuais convergem para um processo de criação de redes de solidariedade, amparadas nas instituições, gerando legitimidade e hegemonia para se alcançar o desenvolvimento local focado nas comunidades mais carentes.

As políticas compensatórias, contemporaneamente destacadas no âmbito das políticas sociais, são reflexos deste novo ciclo de reordenamento do capital, que tem no Estado uma intervenção mais atuante na extrema pobreza. Sob a ótica de equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social, o Brasil tem dado ênfase às políticas de transferência de renda, e segue no seu percurso de buscar o desenvolvimento econômico, desta feita, como país emergente que tem alcançado, nos últimos anos, patamares satisfatórios na economia mundializada.

A crise do capital, instalada a partir de 2008, tem repercutido de forma generalizada nos países periféricos e centrais, mas nestes últimos, como Estados Unidos e países europeus, tem-se produzido uma combinação de baixo crescimento com distribuição desigual da renda. Na contra-mão dos países centrais que seguem desestruturando seus sistemas de bem-estar



social, e retrocedendo em direitos sociais, o Brasil tem buscado qualificar suas históricas políticas compensatórias na tentativa de responder às orientações dos organismos multilaterais (BID, Bird e FMI) e configurar-se como uma potencial economia desenvolvida.

Trata-se de uma tentativa de alcançar o tão propalado “crescimento sustentável”. A nova estratégia do capital proclama que os patamares satisfatórios de crescimento econômico serão mantidos com a ampliação do consumo, a fim de fortalecer o mercado. E isso só acontecerá com um certo atendimento das necessidades sociais, o que exige um conjunto de políticas e programas sociais voltados para minorar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

O incremento das políticas sociais deve ser conduzido em articulação com um conjunto de orientações e estratégias, formatando uma nova cultura cívica e uma nova sociabilidade que instauram novas tendências de comportamento e de relações sociais.

2 AS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS: nova estratégia do capital para atingir o “crescimento sustentável”

O governo Lula, como um dos protagonistas do “neo-desenvolvimentismo”, firmou a estratégia de dinamizar as políticas sociais públicas brasileiras com os programas de transferência de renda, dando destaque ao Programa Bolsa Família. Ao longo de seus dois mandatos, iniciado em 2003, tal estratégia se mostra contraditória, pois se busca conciliar as diretrizes do receituário neoliberal e a pauta desenvolvimentista. Mota nos lembra que no seu primeiro mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitante ao aumento das taxas de juros, enquanto era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e o aumento do salário mínimo (Mota, 2010, p. 21). Estas contrarreformas restauram as bases da acumulação sob a égide do *bom capitalismo* e, ao mesmo tempo, produzem uma “reforma-social e moral, pois algumas das necessidades da pobreza são atendidas, embora não se rompa com a desigualdade social e nem coloque em cheque a exploração capitalista (Mota apud Oliveira, 2010,p. 27).

A ideologia do novo-desenvolvimentismo, adotada pelo Banco Mundial a partir da perspectiva de Amartya Sen, destaca que uma das piores privações é a restrição dos indivíduos ao livre mercado (Amaral, 2010, pg. 41). O Bolsa Família, que tem base nesta orientação, contribui para o fortalecimento do mercado. É inconteste, segundo pesquisas do IBGE (Idem, pg. 54) que o BF promove um aumento do consumo das famílias pobres. Mas são



muitos os questionamentos sobre os dados oficiais sobre a redução da pobreza e da desigualdade social. Para Mota e Amaral as estatísticas que atribuem aos programas de renda o aumento do consumo, deveriam considerar outras variáveis como acesso ao crédito e a capacidade de endividamento das famílias (idem, pg. 54).

Sobre a divulgação da diminuição das desigualdades na repartição da renda, Pochmann (2012) aponta para o agravamento da desigualdade na repartição da renda entre o capital e o trabalho, citando Guilherme Delgado para quem «O fato de ter melhorado a distribuição de renda pessoal não significa que melhorou a distribuição da renda social como um todo», pois a renda pessoal representa apenas 31% da renda interna bruta. Os outros praticamente 70% são gerados nas empresas financeiras e não-financeiras, ou de administração pública, e o perfil dessa outra estrutura tem caráter de piora na distribuição. Isso acontece porque há uma concentração de rendimentos oriundos dos juros e dos lucros contra os rendimentos dos salários e ordenados. (João Bernardo, 2010, site). Pochmann complementa estas análises ao dizer que «a participação dos salários no Produto Interno Bruto tem se mantido estável desde 2004, revertendo uma tendência de queda verificada até então (de 40,3%, em 1995, para 35,8%, em 2002) (Idem).

A contemporânea economia mundializada possui meandros e aspectos de alta complexidade, importando em diferenciadas análises a depender das ideologias e dos projetos societários que as embasam. O projeto do novo desenvolvimentismo, numa economia dependente como a do Brasil, embora em tese, intente aproximar os índices de crescimentos econômicos e sociais, esbarra nos componentes estruturais de formação da sociedade brasileira, que acumula séculos de miséria e pobreza.

Nossa linhagem dependente numa evolução histórica teria vivenciado, segundo Paulo Singer, estágios de dependência consentida (1822-1914), dependência tolerada (1914-1973) e dependência desejada (a partir de 1973). No estágio atual, os governos de todos os países passaram a depender do fluxo de capitais financeiros com a entrada incondicional de capitais estrangeiros, impondo um ordenamento único: “o processo em curso é inexorável e todos a ele deve se adaptar se quiserem desfrutar das possibilidades de crescimento” (Paulani, 2005, p. 44).

Como a financeirização é chave para a inserção do país no circuito internacional, a estratégia de dinamização do social fica sempre a mercê do desenvolvimento dos índices econômicos, reproduzindo a velha máxima de que somente com o crescimento econômico se



alcança o desenvolvimento social. O maior peso é para o pagamento da dívida externa e controle do gasto público do que a propalada redistribuição de recursos através dos programas de transferência de renda, com ênfase no mínimo social.

Os elementos estruturais de ordem interna e de ordem externa impõem, assim, contradições à efetivação do projeto do Novo desenvolvimentismo. No conjunto destas contradições internas situam-se as tensões entre os setores governamentais que têm visões distintas quanto ao gerenciamento do social, embora a marca do governo Lula tenha consolidado o lema: “tudo pelo social”.

O desenvolvimento social no governo Lula, que tem foco no combate à pobreza, prioriza o desenvolvimento local, buscando mobilizar e dar apoio às comunidades, para que estas possam desenvolver-se, contando, se possível, com seus recursos humanos e materiais, e dependendo o mínimo do Estado. O Estado deve ser apenas àquele que potencializa as possibilidades e condições de melhoria da realidade local.

No processo de reconfiguração da sociedade civil em função do chamado terceiro setor, instituído no âmbito das políticas neoliberais, consolidam-se as estratégias de incentivo e aproveitamento da iniciativa local, bem como da vocação produtiva através de parcerias com entidades voluntárias, educação empreendedora e arranjos produtivos, visando tornar os pobres autônomos das caridades pública e privada. (Motta e Oliveira, Em Pauta, 2010, p. 23).

No seu Relatório (2001/2002), o Banco Mundial preconiza alguns destes mecanismos de apoio às comunidades locais ao convocar os países de capitalismo dependente para a sua grande tarefa: adequar os pobres ao livre mercado, “pois os mercados são importantes para os pobres, porque geram crescimento e oportunidade” (Idem, p. 26). Os pobres são assim, também, convocados a atuar em prol de seu próprio bem-estar, aquecendo o mercado e aproveitando, ao mesmo tempo, as oportunidades oferecidas.

Subjaz a esta orientação, a concepção de pobreza de Amartya Sen (Mota, Amaral e Peruzzo, 2010, p.41) entendida como a privação de capacidades individuais e materiais para a gestão da vida. Uma vez oferecidas as condições, os indivíduos, entendidos como capital humano, irão encontrar as “portas de saída” de sua condição de pobreza. Para isso, é necessário encontrar as oportunidades no mercado, pois é neste que o Estado, através de parcerias, ou concessão ao campo privado, injeta recursos.

A pobreza é redescoberta, assim, como condição de dinamização do mercado e fortalecimento do Estado. O Estado, ao aquecer o mercado com políticas sociais públicas e



privadas, tende a contribuir com a estabilidade da economia e a legitimar-se politicamente em função de sua forte presença no social.

Os programas sociais compensatórios contribuem, assim, para dar estabilidade política ao Estado, reproduzindo, sob novos formatos, relações de clientela no âmbito municipal. A inovação da transferência de recursos através do cartão em conta bancária imprime um certo status de cidadania aos pobres, historicamente identificados como os não cidadãos. Se a integração social, contemporaneamente, se realiza através da assistência social como assevera Mota, a idéia de cidadania volta-se para o seu público-alvo.

3 CONCLUSÃO

O novo ciclo de reprodução do capital tem como referência o chamado “novo-desenvolvimentismo” ou “neo-desenvolvimentismo” em substituição ao neoliberalismo, fragilizado na sua função de reaver o padrão de acumulação perdido nos anos de 1990. No Brasil, a partir do primeiro mandato de Lula, elementos deste novo modelo de orientação capitalista são evidenciados de forma mesclada à política neoliberal.

Hoje, tal modelo já está consolidado, operando com foco nos desenvolvimentos econômico e social. Sob a fachada de um “capitalismo humanizado”, o novo-desenvolvimentismo prega o crescimento econômico atrelado, e em equilíbrio com a expansão do social.

Neste contexto de expansão do social são privilegiados os programas de transferência de renda, visando o combate à pobreza e à desigualdade social. O assistencial ganha impulso e centralidade no âmbito das políticas sociais, que já vinham sofrendo um processo de privatização.

No mercado ampliado estão disponíveis não só bens de consumo, mas bens sociais. A chave de mudança do neoliberalismo para o novo-desenvolvimentismo neste processo já em curso, é focar nos bens de consumo, preparando o mercado para que estes estejam ao alcance dos pobres.

Os bens sociais, que são, em grande medida, as políticas sociais privatizadas, são acessados apenas por aqueles em condições de adquiri-los. Os bens sociais de maior qualidade, localizados no mercado, estão, assim, indisponíveis aos pobres, que podem continuar dispendo de políticas sociais públicas de baixa qualidade.



Os bens de consumo, estes sim, estão disponíveis aos pobres, que através de transferência de renda, podem escolher o que comprar no mercado com seu mínimo social. A pobreza é combatida, desta forma, no âmbito do mercado e não no campo social reduzido às políticas sociais caras. Trata-se de uma estratégia do capital em fortalecer o mercado e pacificar a pobreza, que sente-se privilegiada com certo grau de autonomia para “vencer por si só”.

Uma nova cultura cívica finca uma sociabilidade centrada no individualismo e na competição, já que as oportunidades estão dadas, cabendo aos indivíduos aproveitá-las.

O lócus do mercado ampliado, onde transitam distintos interesses, demandas e classes, paira, ideologicamente, como o centro de referência das distâncias sociais diminuídas. A exacerbação da ideologia do direito ao consumo simula uma certa “integração” social, que na realidade é uma “inclusão forçada” com fins de estimular o mercado.

A participação periférica dos beneficiários dos programas de transferência de renda no mercado é a meta consumada pelo capital e não a participação engendrada pela condição de cidadania alcançada pelos trabalhadores a partir de suas conquistas civilizatórias.

O sentido de integração e participação nos espaços públicos é forjado nas mediações políticas, que uma atuação verdadeiramente cidadã requer. Neste contexto, o braço central deste sentido de integração é o trabalho e não o assistencial, que “empurra” para o mercado.

REREFRÊNCIAS

AMARAL, Ângela; MOTA, Ana Elizabete M. e PERUZZO, Juliane F. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org). **As Ideologias da Contrarreformas e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BERNARDO.J. Programa Bolsa Família: as críticas e os críticos. **Passa Palavra**, 10 de abr. 2010. Disponível em:<http://www.passapalavra.info>. Acesso em: 26 abr. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: Um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro In: MOTA, A. E. (Org). **As Ideologias da Contrarreformas e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

OLIVEIRA, Ana Cristina de O. & MOTTA, Vânia C. Novo-desenvolvimentismo, capital social e desigualdade social In: **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. Vol.8, n.26. Rio de Janeiro UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 2010.



PULANI, L. M. São Paulo: Boitempo, 2010. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PAULA, João A. de. A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil. In: PAULA, João A. de. **Adeus ao desenvolvimentismo**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POCHMANN, Márcio. A nova economia política brasileira In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. ano 5, n.58, maio, 2012.